



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

Praca Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57.200-919, Maceió, AL.  
Fones: (33) 3824-4000/3144 e gja10@tj.al.jus.br



**Processo Administrativo nº 00346-9.2015.002**

Ref.: Inspeção Geral Ordinária – Vara do Único Ofício da Comarca de Piranhas

**DESPACHO/OFÍCIO GCGJ Nº 386/2015**

Trata-se de Relatório de Inspeção realizada na Vara do Único Ofício da Comarca de Piranhas, da lavra dos Exmos. Juízes Auxiliares, Dr. Antônio José Bittencourt Araújo e Dr. José Cícero Alves da Silva, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 83, de 26 de fevereiro de 2015, desta Corregedoria Geral da Justiça, que determinou a realização de Inspeções Gerais Ordinárias nas unidades jurisdicionais do Estado de Alagoas.

Destarte, diante das informações que se encontram acostadas aos autos, **ACOLHO** as sugestões formuladas pelos Juízes Auxiliares, ao passo que **DETERMINO**:

**Quanto à tramitação de feitos e questões correlatas (determinações para serem cumpridas pela unidade jurisdicional):**

- **item 2** – no tocante às cartas precatórias recebidas há mais de 30 (trinta) dias e pendentes de cumprimento, que totalizam 144 (cento e quarenta e quatro), que sejam tomadas as medidas cabíveis no sentido de regularizá-las, bem como que, em conjunto com tais medidas, seja realizada correção parcial nos feitos concernentes às Cartas Precatórias (recebidas e remetidas), encaminhando a esta CGJ relatório conclusivo, inclusive com a implantação de medidas gerenciais para evitar a ocorrência detectada em inspeção;
- **item 3** – com relação aos feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias, que totalizam 616 (seiscentos e dezesseis) processos, que sejam praticados os atos necessários a sua regular tramitação;
- **item 4** – que se efetive a verificação de todos os processos que se encontram fora do cartório, que totalizam 29 (vinte e nove), a fim de identificar aqueles com prazo excedido, seguida das providências cabíveis para sanar esta irregularidade, inclusive a utilização dos atos ordinatórios dispostos no Provimento nº 13/2009;
- **item 5** – no tocante aos incidentes processuais de feitos já julgados, que se efetive as



PODER  
JUDICIÁRIO  
DO MATO GROSSO DO SUL

Prça. Marechal Deodoro, 319 – Centro, CEP: 57.200-919, Mato Grosso do Sul.  
Fone: (71) 3521-1144 [tj.jus.br](http://tj.jus.br)

medidas cabíveis à sua baixa definitiva;

- **item 6** – que seja promovida a revisão e atualização das movimentações processuais, bem como a evolução de classe para ação penal nos procedimentos que continuam cadastrados como inquéritos/flagrantes;
- **item 7** – que se proceda a evolução da ação monitória não embargada para a classe correta;
- **item 8** – que se dê uma especial atenção aos processos de competência do Tribunal do Júri, no sentido de que sejam observadas as disposições contidas no Provimento CGJ nº 14/2014;
- **item 18** – quanto à “Meta 1/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam tomadas as providências necessárias visando o seu efetivo cumprimento, com o julgamento dos 06 (seis) processos que restaram pendentes;
- **item 19** – com relação à “Meta 2/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que sejam identificados os feitos distribuídos até 31.12.2010 e realizado um cronograma para julgamento, a fim de que até 21.12.2015 sejam julgados, no mínimo, 80% destes processos;
- **item 20** – quanto à “Meta 4/2014”, do Conselho Nacional de Justiça, que seja realizado o julgamento dos feitos atinentes à improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, em curso naquele juízo e detectados em inspeção, bem como que observe a necessidade de uma tramitação mais célere com relação aos demais feitos desta natureza, independentemente da fase processual em que se encontram;
- e,
- **item 22** – no tocante à Meta ENASP, para julgamentos até 31.07.2013 das ações penais de competência do tribunal do júri, que sejam adotadas as medidas necessárias objetivando dar o julgamento dos 03 (três) processos que se encontram pendentes.

Oficie-se à Diretoria-Adjunta de Tecnologia da Informação para que estude a viabilidade de enviar 03 (três) scanners, bem como trocar 03 (três) computadores da Unidade Inspeccionada.



PODER  
JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE ALAGOAS

Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, CEP: 57.020-919, Maceió-AL.  
Fone: (33) 3214-3344 [gajf.tj.al.gov.br](http://gajf.tj.al.gov.br)

Informe-se ao Juízo acerca dos comandos aqui contidos, para que adote, quanto aos atos de sua competência, todas as providências necessárias ao efetivo cumprimento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Utilize-se cópia do presente como ofício, a ser encaminhado ao Magistrado(a) e ao Escrivão(ã) da Unidade inspecionada.

**Informe-se que as respostas atinentes ao aqui versado deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE, às servidoras Luciana Maria Viana Lira e Cléa Silva Tavares, lotadas no Departamento Central de Assuntos Judiciários, e, que os expedientes quanto à matéria, enviados a outro(s) setores e/ou servidor (es), não serão processados.**

Promova-se a publicação de todas as peças que compõem o feito no respectivo sítio eletrônico, inclusive do presente despacho, na conformidade do contido nas metas de nivelamento da e. Corregedoria Nacional de Justiça.

Ato contínuo, vão os autos ao Departamento Central de Assuntos Judiciários desta CGJ, para as medidas de praxe e devido acompanhamento.

Cumpra-se.

Maceió, 04 de maio de 2015.

  
Desembargador KLEVER RÉGIO LOUREIRO  
Corregedor-Geral da Justiça